



**PREGÃO ELETRÔNICO DESPESA DE ELEIÇÃO Nº 90034/2026**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços de locação de fechamento por divisórias e mobiliário para a instalação do ambiente denominado “Sala de Imprensa – Eleições 2026”, incluindo os serviços de montagem e desmontagem, no térreo da Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, localizado na Rua Francisca Miquelina, nº 123, Bela Vista, pelo período de 29/09/2026 a 31/10/2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL*
Único	Contratação de serviços de locação de fechamento por divisórias e mobiliário para a instalação do ambiente denominado “Sala de Imprensa – Eleições 2026”, incluindo os serviços de montagem e desmontagem.	22888	unidade	1	R\$ 128.000,00

**Observação:** O preço somente será pago no montante designado se houver 2º turno, conforme subitem 6.1.1 deste termo.

1.2. Os serviços aos quais se referem o presente Termo de Referência enquadram-se na classificação de serviços comuns, que podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, de acordo com os incisos XIII e XLI do artigo 6º, o parágrafo 2º do artigo 17 e o artigo 29, todos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O(s) preço(s) proposto(s) deverá(ão) ser final(is), acrescido(s) de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitido(s) valor(es) simbólico(s), irrisório(s) e igual(is) a zero, o que enseja a desclassificação.

1.4. Os códigos e descrições do "CATMAT/CATSER" constantes do "Compras.gov.br" podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras



características. **Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.**

1.5. A Fundamentação para o Parcelamento ou não do objeto da contratação encontra-se pormenorizada no item 8 dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.5.1. A contratação ocorrerá por **item único**.

### **Prazo de Vigência**

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 29 de setembro de 2026 a 31 de outubro de 2026.

1.6.1. Na hipótese de não ocorrer segundo turno nas eleições, a vigência do contrato encerrar-se-á em 07/10/2026.

1.7. O contrato, quando cabível, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos itens 2 e 4 dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (Art. 6º, XXIII, alínea 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, transcrito a seguir:

3.2. A presente contratação exigirá as seguintes especificações, cuja planta de instalação consta no Apêndice deste Termo de Referência:

3.2.1. **5 (cinco) divisórias**, considerando que um dos lados do retângulo é a parede revestida de mármore que será coberta com um banner, com as medidas aproximadas:

3.2.1.1. a primeira divisória com 23,27m (passa à frente de 3 colunas, devendo ter 2,5m de altura, com vidro na parte superior, a partir de 1m de altura, e com 2 (duas) portas com 1(um) metro de largura, sendo uma inserida ao lado esquerdo da primeira coluna e a outra inserida ao lado esquerdo da terceira coluna.

3.2.1.2. a segunda divisória deverá fechar a área que dá vista para as rampas de veículos, considerando a necessidade de isolamento acústico. Como essa área tem uma mureta (0,92m de altura) e é dividida por uma coluna, é necessária a colocação em 2 (duas) partes: uma com 6,43m e outra com 3,12m (largura). Ambas as divisórias devem ter o máximo de 3,2m de altura (medida a partir da parte superior da mureta), deixando o restante do espaço livre para ventilação;



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

3.2.1.3. a terceira, quarta e quinta divisórias nas medidas de 5,05m, 5,54m e 2,66m, a serem fixadas a partir da coluna que está ao lado da escada de incêndio, passando pela mesa do café, mesa com 10 lugares, racks e finalizando na primeira divisória de 23,27m, do subitem 3.2.1.1. Todas as divisórias devem ter 2,5m de altura, com vidro na parte superior, a partir de 1m de altura.

3.2.2. **30 (trinta) mesas** em módulos, com divisórias (bairas), laterais e frontais, com medidas de 80cm x 70cm, preferencialmente na cor branca (segunda opção bege), sendo que:

3.2.2.1. 1 (uma) dessas mesas deverá ser adaptada para pessoa com cadeira de rodas;

3.2.2.2. 1 (uma) dessas mesas deverá ser adaptada para assento para pessoas obesa; 3.2.2.3. 1 (uma) dessas mesas deverá ser adaptada para assento para pessoa com mobilidade reduzida.

3.2.3. **2 (duas) mesas** em módulos sem divisórias (bairas), com medidas 80cm x 70cm, preferencialmente na cor branca (segunda opção bege);

3.2.4. **4 (quatro) mesas** em módulos, sem divisórias (bairas), com medidas de 72cm x 142cm, preferencialmente na cor branca (segunda opção bege), para apoio dos equipamentos das emissoras de televisão, a serem montadas e distribuídas conforme planta de leiaute.

3.2.5. **2 (duas) mesas** em módulos, sem divisórias (bairas), com medidas de 72cm x 72cm, preferencialmente na cor branca (segunda opção bege), para apoio dos equipamentos das emissoras de televisão, a serem montadas e distribuídas conforme planta de leiaute.

3.2.6. **80 (oitenta) cadeiras**, do tipo fixa (não giratórias), estofadas em tecido na cor preta, sem braços, em estrutura metálica, sendo:

3.2.6.1. 1 (um) assento para pessoa obesa;

3.2.6.2. 1 (um) assento para pessoa com mobilidade reduzida, com as mesmas dimensões do assento para pessoa obesa.

3.2.7. **Materiais:** 1 (uma) etiqueta para demarcação de local para pessoa com cadeira de rodas; 1 (uma) etiqueta para demarcação de assento reservado para pessoa obesa, 1 (uma) etiqueta para demarcação de assento reservado para pessoa com mobilidade reduzida e 1 (uma) etiqueta de faixa livre dentro da sala.

3.3. Todas as divisórias do subitem 3.2.1 devem ser da mesma cor, preferencialmente branca, sendo a segunda opção bege, e ter o acabamento dupla face.

3.4. Se necessário, será permitida a combinação de placas de mesma cor e material para atingimento das dimensões indicadas.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade



4.1. Na presente contratação não serão exigidas comprovações de atendimento de critérios de sustentabilidade, dada a natureza temporária da instalação (evento de curta duração), bem como pelos seguintes motivos:

- A exigência de materiais com certificações ambientais específicas (como selos de origem ou certificações ISO) elevaria o custo estimado da contratação em patamares superiores ao benefício ambiental pretendido para um uso efêmero;
- O serviço contratado prevê a locação com posterior retirada, garantindo que o material retorne à cadeia produtiva do fornecedor para reutilização, o que por si só minimiza a geração de resíduos;
- Busca-se garantir a participação de empresas de montagem de eventos que operam com sistemas de divisórias padronizados de mercado, os quais não possuem, em sua maioria, rotulagem ambiental específica, embora sejam compostos por materiais recicláveis (alumínio e vidro)."

**Indicação de marcas ou modelos** (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos.

### **Subcontratação**

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto, **mesmo que parcial, em razão da ausência de complexidade da contratação e maior facilidade de fiscalização, principalmente quando se considera que cada parte da mobília é essencial para a composição da Sala de Imprensa, que funciona somente por alguns dias, exclusivamente entre o 1º e 2º turnos (se houver) das eleições.**

### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vistoria Facultativa**

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.6. A vistoria facultativa poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, no local da execução dos serviços, no horário das 12 horas às 17 horas, mediante prévio agendamento com a Seção de Relacionamento com a Imprensa (SEIMP), por meio do telefone (11) 3130-2312 ou pelo e-mail imprensa@tre-sp.jus.br .

4.7. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização de vistorias sem o prévio agendamento.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. A visita técnica facultativa poderá ocorrer até a véspera da data da sessão de abertura do certame.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



### **Local da prestação dos serviços**

4.11. Os serviços serão prestados na sede I do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, localizada na Rua Francisca Miquelina, nº 123, Bela Vista, CEP 01.316-900, São Paulo/SP.

### **Montagem**

4.12. A contratada deverá executar a montagem dos ambientes no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, em dia útil, com início às 9h e término até às 19h do dia 29/09/2026, no local de prestação dos serviços indicado no item 4.11.

4.12.1. Fica a Contratada ciente de que caminhões são proibidos de circular no endereço da Contratante, de segunda a sexta-feira, das 5h às 21h, e aos sábados, das 10h às 14h, exceto feriados, conforme estabelecido no art. 2º, §1º, alínea XIX da Portaria nº 137/2018, da Secretaria Municipal de Transportes do município de São Paulo/SP. Dessa forma, é responsabilidade da Contratada solicitar autorização especial à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) para transitar no local nas datas e horários estipulados na contratação.

4.12.2. Caso a fiscalização aponte a necessidade de correções na montagem do módulo, a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para refazer a execução do serviço, contadas a partir da notificação da Contratante.

4.12.3. Não é permitida à Contratada efetuar a guarda de materiais remanescentes da montagem em espaços do prédio da Contratante.

### **Desmontagem**

4.13. A desmontagem dos módulos e retirada dos materiais deve ser executada no dia 31/10/2026, com início às 9h e término até às 19h, aplicando-se, nesse caso, o estabelecido no subitem 4.12.1.

4.13.1. No caso de não haver segundo turno, a desmontagem deverá ocorrer em 07/10/2026, nos horários estipulados no item 4.13, e a vigência do contrato encerrará na mesma data.

### **Materiais a serem disponibilizados**

4.14. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em quantidades adequadas, promovendo sua substituição quando for preciso. Não há materiais ou equipamentos a serem fornecidos pela Contratante.

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021 )**

4.15. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

5.1. O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Rotinas de Fiscalização**

5.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput ).

### **Fiscalização Técnica**

5.6. O fiscal técnico acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.6.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.6.3. O fiscal técnico informará ao setor competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao setor competente.

5.6.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não



implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

6.1.1. No caso de não haver segundo turno, a vigência do contrato encerrar-se-á em 07/10/2026, sendo que o valor a ser pago pelo TRE/SP será o correspondente a 50% do montante apresentado na proposta.

6.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.2.1. não produzir os resultados acordados;

6.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

6.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

6.3.1. montagem e desmontagem, inclusive retirada dos materiais, realizadas nas datas e horários estipulados no contrato;

6.3.2. solicitação, pela contratada, de autorização especial à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) para transitar no local de prestação dos serviços nos horários indicados no contrato;

6.3.3. divisórias, vidros e mobília em bom estado de conservação e sem avarias;

6.3.4. utilização de materiais e acessórios em quantidade adequada para a montagem da estrutura, de modo a evitar acidentes (já ocorridos em anos anteriores em contratação semelhante);

6.3.5. guarda de materiais remanescentes da montagem sob responsabilidade da Contratada, em espaços que não sejam da Contratante;

### **Do recebimento**

6.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 dias úteis, mediante termos detalhados, conforme modelo de Termo de Recebimento (disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.



6.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado, conforme modelo de Termo de Recebimento (disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet) ou, havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.4.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.4.4. A fiscalização não efetuará o atesto da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

6.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme modelo de Termo de Recebimento ( disponível no portal "Governança das Contratações" página da intranet).

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.9. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, de acordo com a nota de empenho e do termo de contrato, este último quando presente na formalização do ajuste, para comprovação do respectivo crédito.

6.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.





6.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de despesas oriundas de contrato cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021", conforme a minuta padronizada.

6.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.11.1. a data da emissão;
- 6.11.2. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.11.3. o valor a pagar;
- 6.11.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, alternativamente, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, naquilo que for pertinente à contratação.

6.14. Eventuais irregularidades fiscais e/ou registros de impedimento de contratar e licitar e/ou perda da manutenção das condições de habilitação verificadas por ocasião das consultas acima deverão ser registradas no processo, sem prejuízo da tramitação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para pagamento.

### **Prazo de pagamento**

6.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, reduzindo-se à metade no caso de despesas oriundas de contrato cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.16. No caso de atraso provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365,$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde: I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### **Forma de pagamento**



6.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em instituição financeira, agência e conta corrente indicados pela contratada.

6.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.20. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO ITEM ÚNICO.

### **Regime de Execução**

7.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço GLOBAL.

### **Exigências de habilitação**

7.3. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, as exigências e demais condições, quando forem necessárias, estarão estabelecidas no Edital.

## **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela da cláusula 1.1.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A dotação orçamentária encontra-se consignada no Edital.





APÊNDICE – Leiaute Sala de Imprensa 2026

